

A origem e a natureza do Mal em Tomás de Aquino e a existência de Deus

The Origin And Nature of Evil in Saint Thomas Aquinas and The Existence of God

DOM SAMUEL DANTAS DE ARAÚJO, OSB*

Resumo: O escopo do presente artigo é apresentar a abordagem levada de Tomás de Aquino do problema do mal, considerando a questão de sua origem e natureza, de modo que seja possível promover uma síntese conciliadora entre a presença do mal no mundo e a existência de um Deus perfeitamente bom.

Palavras-chave: Mal. Privação. Origem. Deus. Bem.

Abstract: The purpose paperwork is to the presente the questiono f evil at the view of Saint Thomas Aquina, considering its origin and nature; and how could be possible to promote a conciliatory synthesis between the presence of evil in the world and the existence of a perfect and good God.

Keywords: Evil. Hardship. Origin. God. Good.

Introdução

Pode-se afirmar não ter havido nenhuma época da história do gênero humano em que o intrincado problema do mal, assim como a sua origem, não tenha despertado uma série de profundas reflexões em notáveis espíritos que se debruçaram atentamente sobre a questão.

A experiência individual e coletiva de toda a humanidade, em quaisquer épocas, abstraindo de aspectos culturais, econômicos,

* Dom Samuel Dantas de Araújo, OSB é Mestre em Filosofia. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Contato: emersonbentoosb@hotmail.com

políticos, e religiosos, faz-nos perceber que o mal se apresenta como um fato empiricamente verificável, presente e atuante na existência humana, sendo para todos indistintamente causa de sofrimentos e de escândalo. O caso torna-se ainda mais problemático para aqueles que acreditam em uma providência onipotente e sumamente boa, cuja sabedoria governa o mundo, dispondo as partes em função do todo da melhor e mais ordenada maneira possível.

Existem, efetivamente, determinadas indagações de natureza filosófica que, não obstante terem sido feitas pela primeira vez em um contexto histórico inteiramente diverso do hodierno, não perderam a atualidade, nem jamais deixaram de preocupar e ocupar os que, ao longo dos séculos, dedicaram tempo e notáveis esforços a refletir séria e sistematicamente sobre questões complexas e na aparência não muito relevantes do ponto de vista técnico-pragmático.

Dentre estas indagações, não pode haver dúvida que a relativa ao mal é uma das que, desde os longínquos primórdios da nascente filosofia, suscitou inúmeras perplexidades inquietantes, atraindo a atenção de espíritos reflexivos, os quais continuam sequiosos de entender o porquê de certas coisas que, na aparência, são inexplicáveis.

Estamos diante de uma questão muito antiga na filosofia, precisamente porque sempre atormentou o ser humano em sua luta para descobrir-se verdadeiramente como ser humano tanto na busca de um sentido último para seu ser enquanto indivíduo e comunidade como em suas tentativas de exprimir a inteligibilidade do mundo em que vive. Lisboa, Auschwitz e os Goulags se tornaram no Ocidente moderno revelações de algo que o ser humano não consegue aceitar e por esta razão emerge como algo que põe em questão o sentido da totalidade do real” (OLIVEIRA, 2006, p. 1).

Visto como enigmático-insolúvel por uns, concebido como um atestado cabal e irrefutável da não-existência de um ser supremamente bom e perfeito por outros, o chamado escândalo do mal – já faz algum tempo que convencionou-se acrescentar o termo *escândalo* ao termo *mal* com o que pretendeu-se sublinhar e enfatizar o seu caráter totalmente absurdo e inaceitável dentro da ordem criada até o paroxismo – ainda não foi de todo banido do horizonte da reflexão filosófica contemporânea, como se se tratasse de uma pseudo questão

periférica que devesse ser relegada a um lugar de somenos importância, e da qual um pensador sério não tivesse de ocupar-se mais.

Propomo-nos, como escopo específico deste artigo, apresentar o conceito dado por Santo Tomás de Aquino acerca do mal, bem como verificar de que maneira ele tentou resolver na análise a que submeteu o problema, os três supremos interrogantes relacionados ao mal e cujas origens remontam a abordagem agostiniana da questão, a saber: o que é o mal?; qual a sua origem?; e como se pode conciliar a sua inquestionável presença no mundo com a fé em um Deus-amor, mas cuja existência parece ser contraditada precisamente pelas muitas devastações produzidas na realidade pela ação incessante do mal?

O papa resignatário Bento XVI, lúcido analista do contexto contemporâneo, em uma meditação feita por ocasião da Sexta-feira Santa do ano de 2005, referiu-se à presença do mal no seio da Igreja:

Quanta imundície existe na Igreja e justamente entre aqueles que deveriam pertencer completamente a Deus! A roupa e o rosto assim emporcalhados de tua Igreja nos desesperam. No entanto, somos nós mesmos a sujá-los! É uma pergunta que toca o mistério da iniquidade, o mistério do mal! (BENTO XVI, in: SEEWALD, 2011, p. 55)

Se Deus existe, “se Ele é”, donde então pode provir o mal, o anti-Deus por excelência? Também Santo Tomás, a seu modo e com os recursos de que dispunha, enfrentou o trágico problema do mal. É certo, porém que, “[...] ao escrever, devia pensar principalmente no dualismo dos pitagóricos e dos maniqueus, que admitiam a existência de naturezas essencialmente más” (VELOSO, 1961, p. 192), e não em uma resposta àqueles que julgavam inconciliáveis estes dois extremos antitéticos, quais sejam, existência de Deus e do mal.

O mal existe, tanto como algo físico, que nos afeta psicofisicamente, como também em uma dimensão moral. Santo Tomás não deixou de reconhecer o fato: “O mal não é fortuito e casual, nem acontece poucas vezes, mas sempre e muito. Também o mal acontece muitas vezes nos agentes voluntários” (AQUINO, SCG, III, cap. 5, 1996, p. 386). Mas, se o mal existe, como fartamente o demonstra a experiência ordinária dos seres humanos, ele deve ter uma causa responsável pela sua produção, pois não é pensável um efeito que

não seja ontologicamente precedido por uma causa. Ora, suposta a sua existência, reconhecida e proclamada tanto pelo simples bom-senso como pela reflexão filosófica sistemática, pergunta-se: donde procede ele?

O problema do mal foi amplamente tratado por Santo Tomás em sua monumental obra filosófico-teológica, razão pela qual “[...] o lema *malus-a-um* ocorre em toda a sua obra nada menos do que 48.897 vezes” (FAITANIN, 2006, p. 2). Esta significativa cifra dá-nos uma ideia bem precisa de que a questão, dentro do contexto geral da sua obra, não pode ser considerada como um elemento teórico periférico, e, por consequência, de somenos importância, ao qual ele se refere de quando em vez, ocupando-se do tema de maneira apenas superficial.

Além de todo um tratado consagrado ao estudo do mal – *Sobre o mal* –, Santo Tomás dedicou-lhe ainda duas extensas questões da *Suma Teológica*, respectivamente a 48 e a 49 da primeira parte, 18 capítulos da *Suma contra os Gentios*, além de alguns capítulos constantes no *Compêndio de Teologia*. A julgar, pois, pelo expressivo número de textos relativos à questão do mal, infere-se muito naturalmente que, aos olhos do autor, se tratava de um problema de considerável relevância filosófico-teológica e, para resolvê-lo, convinha procurar uma solução dotada de um mínimo de plausibilidade argumentativa.

1 Considerações prévias sobre o Mal como tragédia e grande argumento contra Deus

Epicuro foi o primeiro a propor uma complexa argumentação de modo convincente que, quer a razão admita uma coisa que se incline para a outra, parece que se chega inevitavelmente à conclusão de que é impossível que Deus exista. Com efeito, se Deus pode tirar o mal do mundo, mas não quer tirá-lo, não se pode dizer que seja bom; se quer tirar o mal do mundo, mas não pode, não se pode dizer que seja onipotente. No primeiro caso, falta-Lhe a bondade e no segundo a onipotência, ambas as quais convém ao ser supremo. Se não quer nem pode, não pode ser Deus. Mas se, todavia, pode e quer, o que é mais certo, de onde vem o mal e por que razão Deus não o elimina, para que a vida de suas criaturas seja mais tranquila e menos infeliz?

Quer na literatura de cunho especificamente religioso – Cristã e Hebraica –, quer na de todos os povos e nações, o problema atinge

contornos visivelmente trágicos, chegando, às vezes, a um vértice inultrapassável de angústia metafísica e de inquietude filosófica. “O homem nascido de mulher é breve de dias e cumulado de penas”, lê-se numa passagem de Jó, um dos livros da Bíblia (BÍBLIA, 1995, p. 788).

Em tais obras, deparamo-nos apenas com a constatação de um fato, a cujo reconhecimento nenhum ser humano pode se esquivar, ainda que se possa optar por não pensar seriamente sobre ele. Nelas, não se encontra, arquetizada de maneira argumentativa, nenhuma resposta filosófico-teológica satisfatória para o terrível fenômeno histórico e palpável do mal, cuja existência, todavia, foi sentida e percebida de maneira assaz aguda por todos os pensadores de todas as épocas.

A Igreja, já há alguns anos, por meio de declarações do Magistério, considerando a complexidade da situação global, mostra particularmente sensível em relação a presença do mal no mundo. Embora reconhecendo os notáveis progressos realizados pela humanidade em certas áreas nos últimos tempos, observa que “[...] perante a evolução atual do mundo, cada dia são mais numerosos os que põem ou sentem com nova acuidade as questões fundamentais: que é o homem? Qual o sentido da dor, do mal e da morte?” (GAUDIUM ET SPES, 1997, p. 550).

Desde o nascimento da modernidade, a questão do mal passou a ser encarada de uma maneira inteiramente diversa daquela pela qual tinha sido tratada pelos filósofos medievais. A preocupação predominante do que passou a chamar-se de uma abordagem mais histórico-existencial do mal tornou sua dimensão mais fática. Disto resultou que as questões concernentes a sua natureza e a sua origem foram postos de lado, passando a ser tidas por filosoficamente irrelevantes.

Na contemporaneidade, em que o mal prolifera de maneira acelerada e assustadora, deixando com frequência todos os homens numa espécie de pânico e inquietude permanentes, o problema foi percebido mais agudamente e posto de relevo por pensadores filiados as mais diversas correntes de pensamento.

O mal não é apenas um dado factual inerente à existência humana, como que um elemento ontológico indissociável e subjacente à nossa frágil e precária condição de seres finitos e mortais. Além de tornar amarga e infeliz a vida dos que procuram empenhadamente, e de todos os modos possíveis, a conquista definitiva da felicidade, a sua própria realidade, em sua inegabilidade impositiva, parece depor abertamente

contra uma bondade suma, que, ao criar o mundo e os homens, deveria ter tido, no sentir de muitos que desposaram a revolta contra o real como atitude filosófica, a preocupação de excluir dele o mal, que é o natural oponente do bem ao qual todos aspiram.

Há muito mais do que uma questão teórica a ser respondida por meio de uma série de argumentos desenvolvidos no interior das academias de pensamentos e ideias. Há, como todos podemos ver e sentir, um mundo que parece atolado no mal; há seres humanos maus, e uma vida que se nos apresenta como algo na aparência má, porque está saturada, do início ao fim, pela presença de uma série de males.

Ao situar a questão do mal no quadro das problemáticas fundamentais para as quais o ser humano sempre procurou uma resposta minimamente satisfatória, a Igreja revela sua materna preocupação para com todos aqueles que são por ele diretamente atingidos. Eis porque a mesma Igreja teve a coragem de se perguntar com toda honestidade: “Se Deus pai todo poderoso, criador do mundo ordenado e bom, cuida de todas as suas criaturas, por que então o mal existe?” (CIC, 1992, p. 92).

De tão corriqueiro, o mal tornou-se banal, de modo que já sequer nos damos conta claramente de sua visibilidade tangente em nossas palavras, em nossos atos e no modo como habitualmente tratamos os outros. Tanto quanto nós, ele aí está presente em todos os lugares, emergindo o tempo todo. Eis porque o mal “[...] desafia o pensamento, porque o pensamento tenta atingir a profundidade, tocar nas raízes, e no momento em que se ocupa do mal se frustra, porque não encontra nada. É aí que está sua banalidade” (ADLER, 2007, p. 479).

É, pois, fato incontestado, que a reflexão filosófica moderna e contemporânea estão ambas perpassadas por uma aguda e dolorosa certeza, relativa à presença do mal nos múltiplos matizes, que ele pode assumir no mundo em que vivemos. Tal consciência, e simultaneamente a convicção de que nada é possível fazer para mudar o triste e sombrio cenário em que a civilização hodierna parece se debater, sem conseguir divisar nenhuma esperança efetiva e real para além do que nos é dado empiricamente constatar, tem sido a grande responsável pela visão melancólica com que muitos pensadores encaram a vida e o mundo. O pessimismo filosófico nasce da constatação da onipresença do mal na história e na vida dos seres humanos.

2 A Questão da natureza do Mal

No pensamento de Santo Tomás, a questão concernente ao mal se apresenta, por assim dizer, abordada em uma dupla perspectiva: de um lado, o mal surge no horizonte da reflexão filosófico-teológica tomista como uma privação de bem, isto é, como a ausência de um certo tipo de bem que deveria existir, muito embora não exista. Por bem, de um modo geral, entende-se aquilo que todas as coisas desejam, o objeto formal da vontade, na linguagem dos autores medievais.

Identificando ser e bem, Santo Tomás ressaltou que tudo que existe, apenas pelo simples fato de existir, possui caráter de bem. Segue-se daí que nenhuma coisa existente pode ser dita substancialmente má. É esta a principal tese pela qual se sustenta que o mal nada é do ponto de vista da substância. Existem ações moralmente más, em virtude das quais diz-se que este ou aquele homem é mau. Contudo, não há seres naturalmente maus – isto é, do ponto de vista da natureza ou substância.

Além disso, o fim de qualquer operação é sempre um determinado bem. O mal jamais é o que se tem em vista quando um agente racional e livre opera; por isso, é que o mal está sempre fora da intenção do agente. Eis porque a solução delineada por Santo Tomás para a questão relativa a uma possível natureza do mal pressupõe sempre como indispensável ponto de partida uma prévia compreensão do conceito de bem, extensivo no seu pensamento a totalidade de tudo quanto existe. O mal é privação de ser e bem.

O mal consiste justamente em tal privação, o qual não é uma substância. Portanto, o mal não tem um ser, não podendo ser identificado como algo existente. Somente o bem, ao qual o mal se opõe, goza do privilégio da existência. Antes de Santo Tomás, Agostinho já havia sustentado e demonstrado que “[...] nenhuma natureza é má e esse nome indica apenas a privação do bem” (AGOSTINHO, 1986, p. 611). Em seu tratado *Sobre a natureza do bem*, o autor defende tese semelhante, que depois impor-se à ideia como clássica nas ulteriores investigações acerca do problema do mal: “Todas as coisas são boas e o mal não é substância, porque se fosse substância seria bem” (AGOSTINHO, 1986, p. 23).

Tendo este princípio metafísico basilar da concepção agostiniana de mal como sólido fundamento, Santo Tomás observa que “[...] as

trevas não são o contrário da luz, mas a sua privação” (AQUINO, I, a. 1, ad. 5, 2005, p. 16). As trevas não seriam, consoante ao conceito aristotélico de privação aplicado ao mal, uma substância oposta à da luz, mas tão somente a ausência desta. Com efeito, existindo esta, a saber, a luz e as trevas não existiriam.

Portanto, em um primeiro sentido, o mal em Tomás refere-se precipuamente a privação, que “[...] não é essência alguma, mas uma negação na substância” (ARISTÓTELES, 1986, p. 381). No que concerne, pois, a questão relativa à pergunta: o que é o mal? responde-se, na linha teórico-argumentativa agostiniana, segundo a qual o mal não possui natureza, visto tratar-se tão somente da privação de algo que deveria existir, mas não existe. Tal privação, segundo entendeu e utilizou Santo Tomás, opõe-se tanto ao ser, quanto ao bem. Ora, se somente do bem se pode dizer que é ser, visto que existe, logo, há de se dizer do mal, que não existe, exceto a modo de privação, que é não-ser.

O mal não é apenas ausência de ser; é também ausência de bem. Da identificação entre bem e ser, resulta que mal e não-ser podem também ser identificados como sendo sinônimos em certo sentido – bem = ser; e mal = não-ser. O mal só pode ser chamado de ser no sentido de que existe em outro, e é assim que o mal da cegueira existe naquele cuja visão é afetada pela própria cegueira. “A privação é a negação num sujeito, como diz Aristóteles, e tal não-ser é o mal” (AQUINO, ST, I, q. 48, a. III, resposta à segunda, 1980, p. 444).

Pode-se, pois, dizer, que uma coisa é má por não possuir o grau de ser e de bem que lhe convém, o que equivaleria a dizer que vê-se privada de determinado grau de ser e de bem, em virtude dos quais poderia dizer-se boa, mas não possuindo os quais, diz-se que seja má. Quando houver bem e ser, não pode haver mal – sendo o inverso também verdadeiro: havendo mal, isto é, privação, não pode haver bem nem tampouco ser.

Uma vez que bem é tudo o que é desejável e uma vez que cada natureza deseja o seu ser e a sua perfeição, é necessário dizer que o ser e a perfeição de qualquer natureza são essencialmente bem. Não pode, ser portanto, que mal signifique algum ser ou alguma forma ou natureza; e resta que signifique somente a ausência do bem (AQUINO, ST, I, Q 48, a.1, 1980, p. 156).

A cegueira, que é um mal enquanto privação da vista, está no olho, que é um bem; não existe, portanto, desvinculada totalmente de um bem. A cegueira é um mal relativamente a um homem que deveria

possuir a visão, mas não a possui. O homem, porém, cuja visão é afetada pela cegueira, é ele mesmo um bem, na medida em que existe. O mal, nada sendo do ponto de vista do ser, precisa de um bem que lhe sirva de suporte para que possa existir, ainda que tal existência deva entender-se no sentido de privação.

Do mesmo modo que, para existir, o acidente não existe desvinculado da substância que lhe serve de suporte, o mal existe em outro, não na qualidade de sujeito independente, mas noutro sujeito, de que depende para existir. Eis porque sustenta Santo Tomás que “[...] não podendo o mal existir por si mesmo, porque não tem essência, deve ele pois, estar em algum sujeito, e como todo sujeito é substância, é também bem. Logo, o mal está em algum bem” (AQUINO, SCG, III, cap. 11, 1996, p. 397).

Com o advento da Modernidade, surgiram não poucas críticas a uma série de conceitos oriundos da Antiguidade e do Medievo. Um dos mais atingidos foi o de privação, utilizado por Santo Tomás para definir de maneira mais ou menos adequada o termo mal.

Concebido numa época histórica mais propensa à análise do ser humano a partir da sua situação existencial no mundo, verifica-se que a definição segundo a qual o mal não seria mais do que mera privação de bem já não se apresenta como suficiente para satisfazer as exigências de uma crítica perspicaz que deseja, antes de tudo, saber como é possível conciliar esta tremenda realidade presente no mundo, que nos esmaga e aterroriza, com a admissão de um Deus bom, cuja sábia providência governa tudo.

O grande problema imbrincado na clássica definição de mal como privação é que, conquanto possa parecer academicamente perfeita e muito bem arquitetada, se mostra existencialmente ridícula e inadmissível. Além do que, parece, pelo menos aparentemente, não lograr isentar totalmente Deus de uma certa responsabilidade pelos sofrimentos e desgraças existentes no mundo por Ele mesmo criado, uma vez que é o Criador de tudo o que existe.

Naturalmente, Santo Tomás não poderia sequer suspeitar que a angustiante e inquietante realidade do mal iria, com o passar dos séculos, máxime depois das duas grandes hecatombes mundiais, assumir uma dimensão trágica abissal, pondo em radical dúvida não apenas a existência de um Deus infinitamente bom e perfeito, mas a possibilidade de se atribuir um sentido maior à existência humana.

Finalmente, há de se considerar que, do século XVIII até nossos dias, a reflexão acerca do mal vem se tornando assustadoramente trágica para a Teologia e para a fé, e a realidade palpável e sensível do mesmo mal é o principal argumento utilizado por céticos e ateus para contestar a existência de um deus bom. Eventos sociopolíticos e econômicos

trágicos, bem como a morte incompreensível de seres inocentes, requerem que a razão busque ultrapassar o plano meramente conceitual-abstrato em busca de uma resposta menos acadêmica e mais confortante, existencialmente falando. A questão sobre o que é o mal e qual a sua natureza cedeu lugar a outras duas questões mais conformes ao espírito de uma época, cuja gestação remonta aos albores da modernidade iluminista: tem o mal algum sentido?; e de que modo é possível ao ser humano lidar com o mal em sua cotidianidade, todas as vezes que ele se manifesta como algo que compromete a dignidade humana?

Foi partindo desta nova maneira de encarar o mal, sobretudo como sofrimento que coloca em risco a dignidade humana, que o Papa São João Paulo II escreveu a carta encíclica *Salvifici Doloris*, que trata sobre o sentido cristão da dor e do sofrimento, objetivando, por meio da luz que nos vem da divina Revelação e dos sofrimentos suportados pelos Verbo Encarnado, e que apresenta uma resposta bíblico-teológica a quando, no cenário atual, se pergunta sobre o porquê do sofrimento, pois “[...] o problema aqui já não está tanto em estudar o porquê da limitação do ser, como em saber dar um sentido vital às consequências dessa mesma limitação. A existência da dor, o encontro com o mal, é um fato de ordem diária” (MARTINS, 1946, p. 276).

Eis porque a tarefa de quem quer que se disponha a refletir sobre a questão do mal num contexto histórico turbulento há de consistir fundamentalmente em tentar ao menos adquirir acerca de tão grave problemática um mínimo de inteligibilidade, o que talvez ajude-nos a suportá-lo com maior serenidade.

3 O ser humano como causa originante do Mal

Visto que o mal não é ser, posto que é privação, e não podendo, em razão, disso existir na qualidade de um ente qualquer e do modo pelo qual dizemos que este ou aquele dado ser existe no mundo, a pergunta pela sua origem careceria de sentido. Se, com efeito, somente daquilo que é e existe se pode legitimamente perguntar qual seja a sua específica natureza ou essência, do que simplesmente não é, é impossível perguntar-se qual seja a sua causa, dado que não existe. De onde poderia provir um puro nada?

Sendo Deus o sumo e eterno bem, Santo Tomás exclui naturalmente, e de maneira categórica, a possibilidade de qualquer existência de mal em Deus, muito embora reconheça que Ele pode, em certos casos, infligir o chamado mal da pena. Resta, pois, indagar

de qual lugar vem o mal que vemos existir no mundo, em um trágico complexo multifacetado de manifestações variadíssimas.

No pensamento de Santo Tomás, só existe um mal em sentido próprio, que é e este identifica-se com o pecado, livremente cometido pela criatura racional, a qual, voltando-se para as criaturas, que são bens inferiores, abandona o Criador para o qual foi feita e no qual somente pode encontrar a plenitude de felicidade a que naturalmente aspira, separando-se Dele por uma vontade maliciosa.

O Papa São João Paulo II, na carta encíclica *O Esplendor da Verdade*, nos recorda que “[...] ao ensinar a existência de atos intrinsecamente maus, cinge-se a Igreja a doutrina da Escritura. São maus os atos cujo objeto é não-ordenável a Deus e indigno da pessoa humana opõem-se sempre e em qualquer caso ao bem” (JOÃO PAULO II, 1993, p. 129).

O mal, não sendo algo a que corresponda um certo grau de ser, não possui natureza, do que resulta que não pode possuir uma causa em sentido estrito. Há uma espécie de mal todavia – o moral ou pecado – que postula uma causa que o explique e tal causa. Em se tratando desta espécie de mal, outra não é nem pode ser a não ser a liberdade de escolha, mediante a qual o agente livre e racional dá existência ao mal, pondo-o de algum modo no mundo.

É assim que se pode dizer que a causa do mal, dado que não se pode falar na natureza dele, há de ser colocada no ser humano, mais precisamente na faculdade da vontade. Esta, não sendo infinitamente perfeita como a divina, que só pode querer o bem, pode tender para o mal, ainda que o objeto da vontade seja o bem puro e simples.

Eis-nos diante do mal, pelo qual, para Santo Tomás, o ser humano, e apenas ele, é o único responsável: trata-se aqui do chamado mal moral, ao qual o ser humano, mediante à faculdade da vontade, pode livremente dar existência. O homem é um bem, na medida em que existe, pois tudo quanto existe, pelo simples fato de existir, é bom; pode, porém, praticar o mal da culpa, que jamais poderá imputar-se a Deus.

Este é o verdadeiro mal, não o privativo, de que algumas coisas carecem, mas o por excelência, o lesivo, o que Deus, o bem que se difunde e se comunica, pois é próprio do bem difundir-se, não é de modo algum capaz. “E procurando o que era a iniquidade, compreendi que ela não é uma substância existente em si, mas a perversão da vontade que, ao afastar-se do ser supremo, se volta para as criaturas inferiores” (AGOSTINHO, 1985, p. 56).

Para se compreender o “mal-ato”, requer-se uma compreensão prévia do que constitui a raiz que origina, a saber, a vontade. Santo Tomás define a vontade como uma potência racional residente na razão e cuja “[...] ação se exerce sobre termos opostos, não estando, portanto, determinada necessariamente a nada” (AQUINO, ST, I, a. 82, solução, 1980, p. 723).

Ao tratar da bondade e da malícia dos atos humanos em geral, Santo Tomás observa que existem ações más: “Há, portanto, ações humanas más” (AQUINO, ST, I-II, Q. 18, a. 1, 1980, p. 23). Note-se que não se fala da existência de seres que seriam maus, e cuja essência fosse um mal, senão de ações más, das quais a causa seria a faculdade da vontade que existe numa substância, a qual é um bem, já que “[...] todo ser, como tal, é bom, pois é atual e de certo modo perfeito” (AQUINO, ST, I, q. 5, a. III, solução, 1980, p. 41).

Santo Tomás ressalta ainda que “[...] fala-se do bem e do mal das ações, como se fala do bem e do mal das cousas” (Ibidem, p. 45). Há, portanto, nesta perspectiva, duas categorias de males: uns existentes nas coisas, que são privações; e aqueles que decorrem da vontade livre do ser humano, os quais são atos inteiramente livres. Assim, a cegueira, que priva aquele a quem afeta, da capacidade visiva, seria um mal na coisa, isto é, na substância. O homicídio, ao contrário, seria uma mal-ação, um ato que se configura como sendo moralmente negativo e legalmente passível de punição.

São estes os dois distintos âmbitos nos quais aparece a dupla acepção em que Santo Tomás aborda a questão do mal: na perspectiva de privação (coisas) e na de moralidade (atos humanos livres). Ainda, há o mal físico e o moral, sendo este último de inteira responsabilidade do agente racional e livre.

A questão, todavia, é ainda mais complexa: não se trata apenas de saber que o mal existe, de constatar empiricamente a sua facticidade da qual ninguém duvida, porque todos somos em maior ou menor grau atingidos cotidianamente por este tremendo mistério. Menos ainda, trata-se de saber por que misteriosa e incompreensível razão Deus o teria permitido, ou de tentar através de elucubrações filosófico-teológica e de entender qual espécie de bem resultaria de certos acontecimentos.

A questão que se impõe à nossa reflexão, a partir da ótica dos textos tomistas relacionados a problemática do mal, é mais complexa do que se pode pensar à primeira vista. Tratar-se-ia de saber, dado que

tal seja possível, qual é o princípio-raiz donde o mal procede. Onde, afinal, ele surge? Não por que nem para que, mas sobretudo: onde?

Na suposição de que a vontade humana é a raiz do mal em sentido estrito, como se explica que ela, tendo sido criada para o bem, e o desejando acima de tudo, possa tender para o mal do qual todos naturalmente fugimos, visto que todos procuramos sobretudo o bem, já que todo ente procura o que possa conservá-lo no ser? Como surge este misterioso movimento, quase que antinatural, que faz com que a vontade se movimente na direção do mal ao invés de tender para o bem, o qual é o seu objeto natural e adequado?

Para resolver esta dificuldade, com que também se havia deparado em sua tentativa de compreender o mal, Agostinho propôs como princípio geral de solução que “[...] não se deve procurar a causa eficiente da má vontade, porque essa causa não é eficiente, mas deficiente; não é uma força produtiva, mas a sua falta” (AGOSTINHO, 1986, p. 110).

Santo Tomás ensina que “[...] como o objeto da vontade lhe é proposto pela razão, desde que um objeto lhe é proposto por ela como sendo mau, a vontade que o aceita, aceita o mal” (AQUINO, ST I – II, Q. 19. a. 55, 1980, p. 50). O que pode ocorrer é que o intelecto, a quem caberia apresentar à faculdade da vontade as coisas para as quais ela deveria tender, possa apresentá-las, ainda que más, debaixo da noção de bem, o qual é naturalmente apetecível, e por isso, a vontade para eles inclinar-se-ia, optando as vezes por algo mau.

A esta luz, todos os gêneros de males que abundam neste mundo, e pelos quais nós todos somos sem cessar continuamente atingidos, são causados pelo mau-uso que os seres humanos fazem da faculdade da vontade. É o ser humano que, usando para o mal uma faculdade que lhe foi dada para o emprego do bem, escolhendo aquilo que é bom e conforme as exigências da lei divina e aos sadios imperativos da razão, introduz o mal no mundo. Quando alguém faz um mau-uso da vontade, o primeiro a quem causa dano manifesto é a si mesmo. Ainda à luz desta fundamental pressuposição, explica-se, também, o que em Teologia se chama a “queda de certos anjos”, os quais, mediante um uso equivocado da vontade, ter-se-iam afastado por um ato inteiramente livre do seu criador, desviando-se dele.

Depreende-se dos textos de Santo Tomás relativos à análise da vontade humana, que esta faculdade, não sendo nem infinita, nem perfeitíssima como a vontade de Deus, que nunca pode querer algo

que seja mau, dado ser Deus a mesma perfeição subsistente, pode se inclinar para o mal, escolhendo-o livremente e sendo algo permanente.

Quando se fala da vontade humana como causa e origem do chamado mal moral, pelo menos no contexto específico do pensamento cristão, ao qual Santo Tomás estava intelectualmente vinculado, há de se ter em conta algo a que a Filosofia não poderia ter acesso, mas que na mundivisão cristã, constitui um dado de suma relevância para se compreender inclusive o mistério do mal na sua remota e misteriosa origem histórico-temporal.

Referimo-nos ao que em Teologia Dogmática chama-se de “pecado das origens” ou “original”. Consoante ao que se crê ser uma verdade divina sobrenaturalmente comunicada por Deus à humanidade, houve um primeiro pecado cometido pelo primeiro homem, e, antes de tal, houve um outro cometido por um anjo que ter-se-ia revoltado contra Deus rompendo suas relações com Ele. Assim, houve um mal original primitivo e antiquíssimo, livremente cometido pela primeira criatura. Trata-se de um mistério de fé, que nem a Filosofia, nem a ciência estão obrigadas a considerar.

No pensamento de Santo Tomás sobre o mal, o moral é o que mais preocupa, visto ser este a única coisa que privaria o ser humano da possibilidade de alcançar o fim sobrenatural para o qual foi feito, a felicidade eterna, que consiste na visão da essência divina. A gravidade do chamado “mal da culpa” decorre pelo ocasionamento um desvio relativamente ao fim último ao qual o ser humano livremente deve tender. Assim, a terribilidade trágica do mal reside em que por meio dele, o ser humano, ao mesmo tempo que se afasta de Deus e, conseqüentemente, da suprema beatitude, caminha na direção do nada em que o mal tende a precipitá-lo. Eis de que maneira o aquinense explicita esta sua convicção numa página da *Suma contra os Gentios* de grande densidade:

Os homens pecam porque se desviam de Deus que é o fim último. Ora, como todo agente opera para o seu devido fim e que lhe convém, é impossível que Deus, ao operar afaste alguém do último fim, que é o próprio Deus. Logo, é impossível que Deus faça alguém pecar. Além disso, o bem não pode ser causa do mal. Ora, o pecado é o mal do homem, pois contraria o próprio bem do homem, que é viver segundo a razão (AQUINO, III, 42, 1 2. P. 683, 1996).

Na produção do mal-ato, estará sempre um ato da liberdade humana, com o qual Deus dotou o ser humano ao criá-lo, mas que pode ser usado para tudo que se quiser, até mesmo para romper com o Criador.

O tema da liberdade humana, que precisamos compreender para que possamos alcançar também uma relativa compreensão do mistério do mal, vem sendo estudado, nos últimos séculos, com muito empenho por filósofos e teólogos, porque “[...] o interesse pela liberdade, hoje particularmente sentido, induz muitos estudiosos de ciências, quer humanas quer teológicas, a desenvolver uma análise mais profunda de sua natureza e de seus dinamismos” (JOÃO PAULO II, 1993, p. 102).

Se pois, o mal não é algo que passou à existência por meio da ação do agente universal transcendente, o que significa que o mal não existe na qualidade de uma dada natureza dotada do ato de existir, segue-se disto que Deus não pode de modo algum ser tido como autor do mal. Deus é criador apenas “do que é”, daquilo que efetivamente existe; dado que o mal não existe nem como ser nem como coisa, o resultado é que deve-se excluir como de todo impossível que o Criador possa ter posto na existência o mal, que nada é.

Assim, tanto Agostinho, como Dionísio, com os quais Santo Tomás concorda, já tinham bem antes dele expresso idêntico pensamento: “[...] nenhuma natureza é má enquanto natureza, senão enquanto diminui nela o bem que tem” (AGOSTINHO, 1982, p. 886).

O ser humano poderá se tornar mau sob a perspectiva da moralidade, mediante escolhas equivocadas, erros e pecados, mas ele mesmo, enquanto natureza, segue sempre sendo um bem, por causa da substancial bondade de tudo aquilo que existe. Assim, o Criador sempre existente é bom; e os seres por ele trazidos à existência por um ato criador soberanamente livre também o são. Quanto às ações por estes praticados, podem ser moralmente maus, o que todavia em nada compromete o caráter de bondade substancial inerente a tudo quanto foi criado. O ser, em sentido existencial, é um bem e bom, ainda que os atos não sejam bons. Eis porque “[...] o mal não é existente nem é bom” (DIONÍSIO *apud* AQUINO, 1980, p. 441).

4 É possível conciliar-se Mal e Deus?

Posto que o mal não existe na qualidade de ser, Deus não pode ser o seu autor. Ademais, se Deus é o criador de todas as coisas, e não sendo o mal um ser, logo é impossível que o tenha posto na existência.

Quanto ao mal da culpa, foi demonstrado que ele é obra da vontade humana. Ora, sendo Deus sumamente perfeito, lhe repugna este tipo de mal. Perguntar, pois, se Deus pode ser a causa do mal-moral-ato, não tem qualquer sentido. Ora, se o mal não é natureza, também não há sentido em se perguntar quem o criou, e se Deus o odeia, não poderia de modo algum ele, a suma perfeição, o cometer.

A questão a ser posta não é, pois, se Deus pode ser a causa ou autor do mal, pois, pelas razões supra referidas, está claro que não, mas de que modo se pode conciliar existência de Deus com a presença do mal no mundo por ele mesmo feito.

Há um elemento que deve ser considerado sempre que se aborde a relação entre mal e Deus. Este, criando o mundo e todas as coisa que há nele, chamou-os do nada ao ser. Tudo o que é criado, pelo simples fato de o ser, é necessariamente precário e finito. Assim, a raiz última do mal, o seu princípio gerador, está menos na vontade perversa do que na finitude inerente a tudo o que foi tirado do abismo do nada.

A possibilidade de que Deus pudesse ter feito um mundo perfeito, no qual o mal não pudesse existir, e seres humanos perfeitamente bons e capazes apenas de fazer o bem não deve nem pode sequer ser considerada, por se tratar de uma impossibilidade radical. Mundo e seres perfeitos são não apenas impensáveis na simples esfera do pensamento abstrato, mas também ineficazes, de tal sorte que nem Deus poderia fazer tal coisa, o que equivaleria a criar um outro deus perfeito, o que é manifestamente impossível.

Portanto, existindo necessariamente como entes limitados e finitos, do ponto de vista do ser, da operação e da duração, tirados do nada, qualquer ser, exceto aquele cuja vontade é perfeitíssima, pode em algum momento e por alguma dada razão resvalar para o mal.

Chega-se, partindo de tal premissa, evidenciada, aliás, pela experiência, à seguinte e necessária conclusão: sendo o universo imperfeito, assim como os seres que o povoam, necessariamente haverá mal. Eis porque tornou-se clássica a expressão “inevitabilidade do mal”. A única possibilidade de que não houvesse mal algum seria se

Deus nada tivesse criado. Uma vez, porém, que ele livremente decidiu criar algo distinto dele, a quem não poderia comunicar uma perfeição que apenas ao ser supremo convém, a partir daí surgiu espaço para o aparecimento do mal.

Tornou-se célebre no Ocidente o famoso trilema de Epicuro, mediante ao qual parecia possível demonstrar de maneira irretorquível que o mal constitui a melhor, maior e mais decisiva prova contra Deus.

Ou Deus quer eliminar o mal e não pode, ou pode e não quer, ou não pode e não quer ou quer e pode. Se quer e não pode, não é onipotente. Logo, não é Deus. Se pode e não quer, logo não nos ama. Logo, também não é Deus. Se não quer e não pode, não é Deus. Mas se pode e quer, donde vem o mal e por que não o elimina? (EPICURO *apud* ESTRADA, 2004, p. 113).

Vejamos, agora, como Santo Tomás procurou equacionar as dificuldades propostas por Epicuro, aliás muito utilizadas por céticos e ateus ao longo da história para contestar a existência de um deus bom, providente e amoroso.

O que, em primeiro lugar, se demonstra é por que razão é impossível que Deus queira o mal. Ora, se nem mesmo as criaturas querem o mal, com todo peso de sua precariedade, pois “[...] todo ente ao agir tende para o bem” (AQUINO, SCG, III, 7, 4, 1996, p. 389), menos ainda pode querê-lo Deus, o sumo bem do qual todos os outros bens dimanam, e cuja vontade é infinitamente santa e perfeita.

Na *Suma Teológica*, Santo Tomás explicita-se com clareza singular a razão desta impossibilidade: “Ora, Deus não quer nenhum bem mais do que sua própria bondade: no entanto, ele quer tal bem mais do que outro bem. Em consequência, o mal de culpa, que priva de uma ordenação ao bem divino, Deus não quer de modo nenhum” (AQUINO, ST, I, q. 19. a. 9, solução, 1980, p. 205).

A questão 49 da primeira parte da *Suma Teológica* trata da causa do mal, e é nela que se pergunta se é acaso possível que seja Deus o autor do mesmo mal. Prova-se, aí, que Deus não pode, de modo, algum ser o autor do mal a partir de uma magistral explicitação do conceito de privação, herdado de Aristóteles e Santo Agostinho.

Ora, dado que o mal não é ser, logicamente ele não existe. Deus, porém, criou todas as coisas existentes. Em virtude de não-ser algo, é

impossível que o mal tenha sido criado por Deus. Disto se conclui que Deus não pode ser o seu autor. Deus criou o ser que livremente pode praticar o mal e cuja existência é um bem; não, porém, o mal que tal ser livremente comete pelo uso equivocado da liberdade de que é dotado — esta é um bem, e seu mau uso pode produzir o mal. Somente do homem dotado de liberdade é que se pode dizer que é o criador do mal.

Assim, provado que o mal não existe enquanto substância (o que existe na realidade são seres com potencial de dar-lhe vida), admite-se que não foi criado por Deus, que fez todas as coisas boas existentes no mundo. Assim, os males que vemos espalhados pelo universo foram gerados pelos seres humanos. Eis porque isenta-se Deus de qualquer responsabilidade no que respeita à presença do mal.

Mal é fundamentalmente “[...] o ato da vontade má que é causado pela criatura racional, que é boa. E assim é a causa do mal” (AQUINO, ST, I, q. 49, a. 1, resposta à primeira obj, 1980, p. 450). O mal emerge no mundo como aquilo que nós fazemos por meio do exercício livre de uma vontade que pode se perverter. Não se trata, pois, de uma natureza, porque o mal não existe como ser; nem tampouco de uma pergunta de tipo acadêmico para a qual há uma resposta cabal. O mal é, antes de tudo, algo que nós fazemos com aquilo que nos foi dado.

Portanto, a causa em virtude da qual o mal existe é encontrada na vontade da criatura, a qual, do ponto de vista do ser e da existência pura e simples, é boa, bem assim como a vontade de que é dotada e que lhe permite mover-se livremente em determinada direção na consecução de tal ou qual fim-bem.

Antes de Santo Tomás debruçar-se sobre a questão, Agostinho já havia visto com clareza que a causa do mal é deficitária. Como o mal nada é, porque não lhe corresponde nada de ser, aquilo a que se pode atribuir a sua geração há de ter forçosamente, assim como ele próprio, uma natureza deficiente, ao invés de eficiente.

Considerações finais

Considerando as inúmeras devastações de toda ordem provocadas pelo mal nas suas mais diversas manifestações fáticas na tessitura do real, não se pode deixar de reconhecer que “[...] o mal não é um simples fato cujas origens e finalidades possam ser analisadas. Diante do mal,

não é possível adotar uma postura de mera especulação racional, pois ele tem a ver com as questões extremas da existência e com as vivências fundamentais da dor e da felicidade” (ESTRADA, 2004, p. 97).

Desde o advento da modernidade, surgiram críticas particularmente severas à abordagem medieval que, no sentir de alguns, limitou-se a oferecer uma definição de mal, baseada no conceito aristotélico de privação, não levando, todavia, em conta os estragos causados pelo mal na vida concreta de seres humanos de carne e osso. Seria um escárnio odioso dizer a uma mãe chorosa cujo filho único foi brutalmente assassinado na flor dos anos que sua trágica morte foi apenas privação da vida.

Os analistas medievais, parece não terem compreendido que “[...] pôr a natureza negativa do mal não é por a sua negação” (GEIGER, 1969, p. 63). Alguns, sobretudo depois dos dois grandes conflitos mundiais, preferiram “[...] distinguir com Gabriel Marcel e admitir que não há exatamente um problema do mal (implicando a existência do problema a possibilidade de uma solução) mas um mistério do mal” (DCT, 2004, p. 1078).

É verdade que Platão, em alguns dos seus diálogos, mostra que o mal existente no universo provém dos homens e não de Deus. Ao acusar o ser humano, isenta e absolve Deus de ter qualquer tipo de participação na geração dos males, pelos quais unicamente nós somos os responsáveis. Lê-se a este respeito no *Teeteto*: “Deus não é a nenhum título de forma alguma injusto. Pelo contrário, ele é o ser mais justo que existe” (PLATÃO, 1969, p. 489).

Hodiernamente, o que torna o mal particularmente deletério e trágico é ele constituir um grave problema de ordem prática e existencial na vida cotidiana das pessoas, muitas das quais não conseguem lidar com ele por não compreenderem seu sentido. Não sendo possível suprimi-lo do mundo, nem muito menos da vida dos seres humanos, resta-nos somente duas possibilidades, consistindo a primeira delas em aprender a lidar com ele da melhor forma; e a outra em procurar para ele, à luz de uma sabedoria superior a humana, uma possível significação positiva, com o que talvez nos seja possível, senão vencê-lo inteiramente, ao menos reduzir os impactos brutais por ele provocados em nossa existência no mundo.

A Igreja é chamada, em virtude da missão salvadora que lhe foi confiada de distribuir aos homens os tesouros da graça e da misericórdia

divina, não apenas a compreender o sentido do mal enraizado no solo da história humana por meio da reflexão, mas também a combatê-lo, opondo-se vigorosamente a ele mediante uma ação comprometida com a vida e a dignidade da pessoa humana, feita pelo criador amoroso à sua imagem e semelhança.

O Papa Francisco, na carta encíclica *Lumen Fidei* (a luz da fé), ensina que o sofrimento, a expressão mais tangível do mal, “[...] não pode ser eliminado, mas pode adquirir um sentido” (FRANCISCO, 2013, p. 77). O que a fé nos ensina não terá por efeito eliminar totalmente todas as diversas formas de mal existentes no mundo, e se o mal não pode ser cancelado e nem sempre é possível entender o porquê de sua repentina irrupção seja em nossa vida seja na vida dos que nos são caros, o dom sobrenatural da fé, que não é uma “[...] luz que dissipa todas as nossas trevas mas lâmpada que guia os nossos passos na noite” (FRANCISCO, 2013, p. 78) infunde-nos força e ânimo para que continuemos, amparados pela palavra da verdade.

Saber ao certo o motivo de Deus, cujo amor é eterno e cuja sabedoria é infinita, permitiu que o mal fizesse o seu ingresso em sua obra, não o sabemos. Podemos, todavia, e, isto é, nos permitido pela luz sobrenatural da fé, crer que nada acontece por acaso nem fora da ordem sábia projetada por aquele que é o princípio e o fim de tudo, o qual sabe mais o que faz do que nós o que dizemos.

Referências

ABAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ADLER, L. *Nos passos de Hannah Arendt*. Rio- São Paulo: Record, 2007.

AGOSTINHO, Santo. *Obras de San Augustin. Obras filosóficas*. Volume III. Biblioteca de Autores Cristianos. BAC. Madrid, 1986.

AGOSTINHO, Santo. *Obras de San Augustin*. Volume IV. Obras apologéticas. BAC. Biblioteca de Autores Cristianos. Madrid, 1985.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. Volume II. Primeira Parte. Rio Grande do Sul. Livraria Sulina Editora: 1980.

AQUINO, Tomás de. *Suma contra os Gentios*. Volume II. Edipucrs. Porto Alegre: 1996.

AQUINO, Tomás de. *Sobre o Mal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Traducion directa del grieco, introduccion, exposiciones sistemáticas por Hernán Zucchi. Buenos Aires, Editora Sudamericana: 1986.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 1999.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 1997.

ESTRADA, A, J. *A impossível Teodicéia*. A crise da fé em Deus e o problema do mal. São Paulo: Paulinas, 2004.

FAITANIN, Paulo. O mal como privação do bem em Santo Tomás de Aquino. *Aquinate*. n 2, 2006.

FRANCISCO, PP. *Carta Encíclica Lumen Fidei*. São Paulo: Paulinas, 2013.

GEIGER, B. *Evil and the God of love*. Londres, 1969.

JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Veritatis Splendor. O Esplendor da Verdade*. São Paulo: Paulinas, 1993.

LACOSTE, J. *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas, 2004.

MARTINS, V. J. Metafísica do mal. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Janeiro-Março. Tomo II. Braga, 1946, 276 – 295.

OLIVEIRA, Manfredo. A questão do mal e a totalidade do ser. Leibnitz e a inevitabilidade do mal. In: Cescon E. / Nodari P.C (org) *O mistério do mal*. Urgência e Educação para o bem. Caxias do Sul: Educus, p. 11-44; 221-242, 2006.

PLATÃO. *Obras completas*. Madrid, 1969.

SEEWALD, PP. BENTO XVI. *Uma Conversa com Peter Seewald. Bento XVI. Luz do mundo. O Papa, a Igreja e os sinais dos tempos*. Paulinas: São Paulo, 2011.

VELOSO, A. *O homem em face da dor*. Perspectivas do problema do mal. Lisboa: Sampedro Editora, 1961.

Artigo recebido em 13/10/2022 e aprovado para publicação em 27/10/2022

Como citar:

ARAÚJO, Samuel Dantas de. A origem e a natureza do Mal em Tomás de Aquino e a existência de Deus. *Coletânea*. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 305-326, jul./dez. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletaneav21i42-2022-1>. Disponível em: www.revistacoletanea.com.br